Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP) Plano de Ensino



Curso: 20203: Programa de Pós-graduação em Administração Pública em Rede

Nacional - Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional -

Esan

Disciplina: 20203001 - Estado, Sociedade e Administração Pública **Docente(s):** Yasmin Gomes Casagranda / Jose Carlos de Jesus Lopes

Oferta: 2023/1

EMENTA

O Estado, elementos constitutivos, características funções e organização. Sociedade, dinâmica social, cidadania e a noção de bem comum. Conceito de Administração Pública. Características do setor público brasileiro. Estrutura de Poder na Administração Pública: esferas de poder e a integração dos poderes. O processo administrativo aplicado à Administração Pública: funções e atividades. Reforma Administrativa e parcerias público-privadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

O Estado, elementos constitutivos, características funções e organização. Sociedade, dinâmica social, cidadania e a noção de bem comum. Conceito de Administração Pública. Características do setor público brasileiro. Estrutura de Poder na Administração Pública: esferas de poder e a integração dos poderes. O processo administrativo aplicado à Administração Pública: funções e atividades. Reforma Administrativa e parcerias público-privadas,

Conteúdo Programático:

Aulas: Temas:

- 1 O Estado: elementos constitutivos, características, funções e organização;
- 2 Governança Pública e Órgãos de Controles: Ordenamentos jurídicos, mecanismos de controlo e de monitoramento.
- 3 Capitalismo e formas de governo;
- 4 Federalismo, estado e mercado;
- 5 Accountability, estado e democracia;
- 6 Política deliberativa;
- 7 Sociedade e dinâmica social; Cidadania e a noção de bem comum;
- 8 Movimentos sociais: organização, demandas, estratégias e criminalização;
- 9 Política e participação social;
- 10 Conceito de administração pública e características do setor público brasileiro;
- 11 Estrutura de poder na administração pública: as esferas e a integração dos poderes;
- 12 O processo administrativo aplicado à administração pública: funções e atividades;
- 13 Reforma administrativa e parcerias público-privadas;
- 14 Método do estudo do caso aplicado à administração pública;
- 15 Considerações Finais e Avaliações

OBJETIVOS

Objetivo central do PROFIAP/Rede Nacional:

Capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas. Contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas e disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública.

Resultados Esperados PROFIAP/Esan/UFMS:

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP) Plano de Ensino



No final de todo o processo ensino-aprendizagem, através dos recursos didático-pedagógicos aplicados, ao longo do semestre letivo, os estudantes de pós-graduação participantes estarão aptos a compreender e construir uma reflexão crítica da complexidade da dinâmica social e dos oportunismos organizacionais dela resultante. Eles estarão capacitados a habilitados a identificar construtos mensais, sociais e políticos, altamente complexos, que envolvem os diversos interesses dos atores e agentes sociais e públicos.

A partir desta condição, os estudantes de pós-graduação poderão atuar como ou junto aos gestores públicos tomadores de decisões voltados ao bem comum da coletividade. Ao mesmo tempo, eles estarão em condições de se colocarem como atores transformadores positivos da sociedade, promovendo assim o bem estar social, por conta de uma governança pública eficaz, adotando mecanismo de transparência, justiça social e cidadania.

AVALIAÇÃO

A aprovação na disciplina dependerá do nível de frequência e da média de aproveitamento (MA) dos conteúdos ministrados, expressa em nota, em acordo com as normativas internas do PROFIAP/Esan em complemento às da PROPP/UFMS.

Para a aprovação, por nível de frequência, o aluno deverá ter presença igual ou superior a 75% da carga horária, expressa neste Plano de Ensino;

O aluno que alcançar a MA igual ou superior a 7,0 receberá a menção de Aprovado. A MA será composta pela somatória dos valores, tal como demonstrada, a seguir:

Média de Aproveitamento = $?(LDA \times 0.2) + (REC \times 0.1) + (AC \times 0.70)$

METODOLOGIA

SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

- ? Leitura, discussão e apresentação (LDA) de artigos e/ou capítulos de obras seminais, relacionados aos temas e conteúdos tratados no programa, seguidos das apresentações orais, individuais ou em grupos para com os temas selecionados. Pontuação = 2,00.
- ? Resumo escrito, crítico de dois artigos (REC), a serem indicados.

Pontuação = 1,0.

? Elaboração de um artigo científico (AC), em dupla, referente aos elementos constituintes da disciplina, com intuito de publicação em periódico científico com classificação Qualis (mínimo B1 - classificação 2017-2020) da Grande Área de Conhecimento da Administração Pública, de Empresas e de Contabilidade (CAPES, 2021). Pontuação = 7,00.

Data final da entrega do artigo científico, a combinar, entrega exclusivamente via AVA. Os docentes da disciplina constarão como co-autores, em função das orientações a serem prestadas para o desenvolvimento da escrita do artigo científico.

Importante: O corpo textual do artigo científico deverá ser elaborado, respeitando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2021), postada no AVA, e/ou das normas internas do periódico escolhido. Ver e informar, antecipadamente, aos professores da disciplina.

? Atividades EaD. A disciplina será ministrada na modalidade presencial com a utilização das TIC's, em função da crise sanitária advinda da Pandemia da COVID-19, totalizando 60 horas/aula de encontros presenciais, virtuais e atividades correlatas aos conteúdos ministrados. Destas 60 horas/aula, 50% serão de encontros presenciais e 50% de atividades EaD. Os encontros virtuais ocorrerão em sessões com aulas expositivadialógica on-line, complementadas pelas apresentações dos estudantes de pós-graduação nos seminários organizados.

Importante: Os encontros expositivo-dialógicos serão seguidos de discussões sobre o conteúdo apresentado/proposto para cada encontro. As mesmas contarão com conjunto de bibliografias seminais,

Ministério da Educação Fundação Universidade Federal de N



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP) Plano de Ensino



portanto, obrigatórias associadas a um outro conjunto de obras complementares. Serão exigidas dos estudantes de pós-graduação, as leituras prévias da bibliografia obrigatória e das apresentações e pertinentes discussões críticas dessas leituras.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografias básicas e complementares da disciplina (e-books), disponíveis na Biblioteca Central da UFMS:

CATAPAN, Anderson; BERNARDONI, Doralice Lopes; CRUZ, June Alisson Westarb. Planejamento e orçamento na administração pública. 2. ed. rev. e atual. Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 2013. 164 p. (Série Gestão Pública). ISBN 9788582129043.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas; conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. São Paulo Cengage Learning Brasil 2019 1 recurso online ISBN 9788522128976.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo Cengage Learning 2016 1 recurso online ISBN 9788522125470.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas. 4. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

Bibliografias básicas da disciplina (impressas):

ABREU, Marcelo Paiva (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica brasileira. Rio de Janeiro: Campus,1990.

ABRÚCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública, v. 41, n 1, p. 67-86, 2007.

AFFONSO, Rui de Brito. A crise da federação no Brasil. In: Ensaios FEE, (15) 2, Porto Alegre: 1994, p. 321-337.

_____. O federalismo e as teorias hegemônicas da economia do setor público na segunda metade do século XX. Campinas: Unicamp, 2003. (Tese de doutoramento). (Capítulo 5).

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Revista Lua Nova, n. 76, p. 49-86, 2009.

ARAÚJO, Cícero. Razão pública, bem comum e decisão democrática. In: Coelho V. S.

Araújo C. Razão pública, bem comum e decisão democrática. In: Coelho VSP, Nobre M (Org.). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34; 2004. p. 157-169.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. In: Revista Dados, vol.45, n.3, 2002.

AVRITZER, Leonardo. A Moralidade da Democracia. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

_____. Experiências nacionais de participação social. In: Democracia Participativa. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

. Teoria Democrática e Deliberação Pública. Lua Nova – Revista de Cultura e Política. nº 50, 2000.

BEHN, Robert D. Rethinking Democratic Accountability. Washington, Brookings Institution Press, 2001.

BENINI, Édi A. et al. (Org.). Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária, volume 2. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2012.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. (Capítulos 1, 2 e 3).

O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
Teoria das formas de Governo. São Paulo: Paz e Terra, 1980. (Capítulos 2, 3 e 4).
; BOVERO, M. Sociedade e estado na filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL, Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

_____. Casa Civil. Lei no. 11.079, de 30 de dezembro. Brasília, 2004, que Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: mar. 2021.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: mar. 2021.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo estado.



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP) Plano de Ensino



Brasília: Enap. 2001.

_____. Burocracia pública e reforma gerencial. In: Revista do Serviço Público de 1937 a 2007. Número comemorativo dos 70 anos, 2007. Disponível em:

http://antigo.enap.gov.br/downloads/RSP_70Anos_2FINAL1.pdf. Acesso em: mar. 2021.

_____. Construindo o estado republicano. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? Revista da Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, v.24, n.2, fev/abr.1990.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1990. (Capítulo 9).

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, José Augusto Dias de; TIMM, Luciano Benetti. (Org.) Estudo sobre parcerias público-privadas. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Marta Ferreira Santos. Democracia, Avaliação e accountability: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático. In: Anais do EnANPG-2006. São Paulo, nov. de 2006.

CHISTIANO, Thomas, A Importância da Deliberação Pública, In WERLE, Denílson

Luiz. E MELO, Rúrion Soares (Org.). Democracia Deliberativa. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007, p.81-113.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004. DAHL, Robert, A. Sobre a Democracia. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

ENAP. Em busca de uma nova síntese para a administração pública: textos para discussão. (Editado por Jocelyne Bourgon). Brasília: ENAP, 2010.

FARIA, Cláudia Feres. Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. Lua Nova – Revista de Cultura e Política. nº 50 2000, p. 47-68.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014.

. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, A. Capitalismo e moderna teoria social. Lisboa: Presença,1994.

____. Política, sociologia e teoria social. São Paulo: Ed. Unesp,1998,

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

_____. O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Segunda parte).

GONÇALVES, Andréa de Oliveira FARIA, João Abreu (Orgs.). Casos de Ensino em Administração Pública: Brasil – Portugal. São Paulo: Atlas, 2012.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1986.

GURGEL, Claudio. A gerência do pensamento. Gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

HABERMAS, Jürgen. A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política. Edições Loyola: São Paulo, 2007. (Partes, III, IV e V)

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. O federalista. Belo Horizonte: Líder, 2003.

HIRSCH, Joachim. Teoria Materialista do Estado: Rio de Janeiro: Revan, 2010. (Capítulo 2).

LIMA JR, Olavo Brasil. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. In: Revista do Serviço Público. Ano 49, n. 2, abr-jun, 1998.

MANIN, Bernard. Legitimidade e Deliberação Política. In: WERLE, Denílson Luiz, MELO, Rúrion Soares (Org.). Democracia Deliberativa. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007, p.15-45.

MATIAS-PEREIRA, J. Governança no setor público. São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 40. ed. 2014.

MENDES, M. (Org.). Gasto público eficiente: 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, Instituto Fernand Braudel, 2006.

MUKAI, Toshio. Parcerias público-privadas. Rio de Janeiro: Forense, 2005. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.

NARDES, João Augusto Ribeiro; ALTOUNIAN, Cláudio Sarian; VIEIRA, Luís Afonso Gomes. Governança Pública: O desafio do Brasil. 2. ed. ver. e atual. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia, Agência e Estado: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP) Plano de Ensino



Terra, 2011. (Capítulos 1,2 e 3).

_____. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. nº 44, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a03n44.pdf. Acesso em: jan. 2020.

PACHECO, Regina Silvia. Administração pública nas revistas especializadas — Brasil, 1995-2002. Revista de Administração de Empresas. v. 43, n. 4, p. 63-71, out./dez.2003.

PAES de PAULA, Ana, Paula. Por uma Nova Gestão Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEREIRA, José Matias. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Lia, Alt; PEREIRA, Lia, Valls. O setor público brasileiro: 1890/1945. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão).

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Discricionariedade Administrativa na Constituição de 1988. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

QUÉAU, Philippe. A revolução da informação: em busca do bem comum. Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 2, p. 198-205, 1998.

REVISTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL (APGS). Várias edições. Disponível em www.apgs.ufv.br. Acesso em: mar, 2019.

REVISTA BRASILEIRA DE CASOS DE ADMINISTRAÇÃO. Várias edições. Disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvcasos/index. Acesso em: mar, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). 2003. Democratizar a democracia – Os caminhos da democracia participativa. Porto: Afrontamento, 2003. (Capítulos 10, 11 e 13).

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. (Capítulo 21).

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública, [s.l.], v. 43, n. 2, p.347-369, abr. 2009. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122009000200004.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Estado, Governo e administração pública. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2012

VÁRNAGY, Tomás. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. In: BORON, Atílio A. Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. As funções da Administração Pública. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 11 mar. 2011. Disponível em: http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.31496>. Acesso em: ago. 2014.

WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília: Editora UnB,1994.

WEFFORT, Francisco C. (org.) Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, 2000. (Coleção Fundamentos, Vol.1). (Capítulos 3, 6 e 7).

Bibliografias técnico-instrumentais para a elaboração dos artigos científicos, inclusive com os e-books, disponíveis na Biblioteca da UFMS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT NBR 6023 – Informação e documentação – Referências – Elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD). Boas Práticas da Publicação Científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de Corpos Editoriais. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/top/midias_noticias/editora/old/Editora/Rev ista_Administracao/Boas_Praticas.pdf. Acesso em: jun. 2018.

CODE OF CONDUCT AND BEST PRACTICE GUIDELINES FOR JOURNAL EDITORS (COPE). Code of Conduct, (2011). Disponível em: https://publicationethics.org/files/u7141/1999pdf13.pdf. Acesso em: mar. 2018. CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed,

_____. Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches. 4th ed. Thousand Oaks, California: SAGE Publications, 2014.

FERENHOF, H. A; FERNANDES, R. F. Passos para construção da Revisão Sistemática e Bibliometria. 2014, v. 3.02 Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Helio_Ferenhof/publication/322437005_Passo-a-passo_para_construcao_da_Revisão_Sistemática_e_Bibliometria_Utilizando_a_ferramenta_EndnoteR_306/data/5a58c1

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP) Plano de Ensino



6d0f7e9b5fb383eff2/passos-rsb-305.pdf Acesso em: jun. 2019.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Tabela das áreas de conhecimentos. DisponÍvel em: https://uab.capes.gov.br/images/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf. Acesso em: mar. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Normas de Apresentação Tabular. Centro de Documentação e disseminação de Informações. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23907.pdf. Acesso em: mar. 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (E-book. Disponível na Biblioteca Central da UFMS).

HENRIQUES, Antonio. Metodologia científica da pesquisa jurídica. 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 recurso online ISBN 9788597011760. (E-book. Disponível na Biblioteca Central da UFMS).

JESUS-LOPES, J. C. de; MACIEL, W. R. E.; CASAGRANDA, Y. G. Check-List dos elementos constituintes dos delineamentos das pesquisas científicas. Revista Desafio On Line, v. 10, n. 1. 2022. DOI: https://doi.org/10.55028/don.v10i1.14846. Disponível em:

https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/14846. Acesso em: fev. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 recurso online ISBN 9788597010770. (E-book. Disponível na Biblioteca Central da UFMS).

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 4. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 recurso online ISBN 9788597008821. (E-book. Disponível na Biblioteca Central da UFMS).

MATTAR, João. Metodologia científica na era digital. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 recurso online ISBN 9788547220334. (E-book. Disponível na Biblioteca Central da UFMS).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/. Acesso em: jul. 2018.

_____. Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://www.agenda2030.org.br/ods/17/. Acesso em: jun. 2019.

SAMPAIO, R.C; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidencia científica. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v. 11, n. 1, p.83-89, jan./fev. 2007.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração.6 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VOLPATO, Gilson L. Ciência além da visibilidade: ciência, formação de cientistas e boas práticas. Botucatu, SP: Best Writing, 2017.

WILSON, Robert H. Understanding local governance: an international perspective. Revista de Administração de Empresas, [s.l.], v. 40, n. 2, p.51-63, jun. 2000. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75902000000200006.